



# AGRICULTURA A DESCOBERTO

**Em Portugal, os seguros agrícolas incidem sobre menos de 10% da área cultivada. Das três partes envolvidas no sector, nenhuma parece estar satisfeita. O Estado quer sair do modelo; as seguradoras estão a perder dinheiro; e os agricultores falam em coberturas desactualizadas e desajustadas às necessidades. Há unanimidade na constatação de que o actual modelo de seguros agrícolas em Portugal está obsoleto. A revisão da portaria do sistema de seguros em Portugal e a reforma da Política Agrícola Comum poderão trazer as ferramentas certas para que a actividade agrícola não continue a operar sem telhado e é com expectativa que os agentes do sector aguardam as novas regulamentações.**

Ana Gomes Oliveira

**H**á 26 anos, uma fortíssima geadas que caiu em todo o território nacional fez com que o Governo de então criasse o Sistema Integrado de Protecção Contra as Aleatoridades Climáticas (SIPAC), que em 2014 daria lugar ao actual Sistema de Seguros Agrícolas (SSA). Um sistema que é hoje apelidado de «obsoleto», «limitado», «desajustado» e «desactualizado» e que neste momento parece não agradar ao Governo, às seguradoras, nem aos produtores. Aliás, os dados estatísticos comprovam-no: menos de 10% da área cultivada em Portugal está abrangida por apólices de seguro; 75% dos agricultores nacionais não estão segurados; e das oito ou nove companhias que existiam em tempos, subsistem três. O mercado está em retracção.

Segundo os agentes do sector, as coberturas sofreram poucas alterações ao longo destas mais de duas décadas, não acompanhando as mudanças de sinistralidade que têm vindo a ocorrer, a evolução de produtividades, o surgimento de novas culturas ou mesmo a evolução dos preços. Há quem

aponte o dedo ao Estado, preferindo manter-se no anonimato, «que tem, consecutivamente e, através do IFAP, tomado decisões unilateralmente sem falar com as seguradoras nem com a produção», mas a verdade é que o actual executivo tem este assunto sobre a mesa e estará por dias a divulgação e implementação do que foi revisto na portaria conjunta dos Ministérios da Agricultura e das Finanças, publicada em 5 de Março sobre o sistema dos seguros agrícolas.

## **A portaria da discórdia**

Além desta revisão prever a tão desejada actualização de alguns dados ligados ao sector, como a questão das produtividades por hectare e de preços, pôs fim ao chamado «mecanismo de compensação de sinistralidade [cessou a 31 de Dezembro de 2020], com excepção dos pagamentos da compensação de sinistralidade devida das campanhas não encerradas e até ao seu encerramento».

A Associação Portuguesa de Seguros, com quem tentámos

falar, mas sem sucesso, defende à ECOSeguros a suspensão desta cláusula. Esta compensação estatal funcionava como um resseguro às seguradoras, seguindo um modelo designado *stop loss*. As companhias candidatam-se voluntariamente junto do IFAP a esta compensação, pagando um valor de 8% sobre prémios emitidos e são compensadas se a taxa de sinistralidade atinge 85% do valor total desses prémios. Como o sector é particularmente vulnerável a mau tempo, nomeadamente a tempestades de granizo e geada, o Governo terá entendido que, compensadas pelo Estado por danos acima de 85% das suas receitas, os riscos corridos pelas seguradoras eram diminutos, «havendo actualmente a possibilidade de acesso ao mercado ressegurador pelas empresas de seguros, relativamente às apólices contratadas no âmbito do seguro de colheitas». Por isso, entendeu o Governo, «é aconselhável que seja dispensada a intervenção do Estado no actual mecanismo de compensação por excesso de sinistralidade». Porém, as seguradoras defendem que o resseguro internacional não é assim tão simples e que o fim deste mecanismo de compensação pode pôr em risco os seguros de colheita.

Segundo dados recentemente divulgados pela ECOSeguros, o mercado total dos seguros agrícolas significou 27,1 milhões de euros de prémios emitidos em 2019, repartido por apenas três companhias: Tranquilidade/Generali com 47,5% de quota de mercado, CA Seguros com 28,4%, e a Fidelidade, que foi líder até há 2 anos, com 24,1% do mercado. A título de exemplo, esta companhia foi compensada pelo excesso de sinistralidade em 94 mil euros em 2019, estimando-se para este ano que a compensação atinja 1,8 milhões, afirmou fonte interna. «O que nos estão a dizer é: o Estado não tem dinheiro para a comparticipação na sinistralidade, mas as seguradoras têm de ter; Este negócio não é rentável e vou sair, mas vocês não saiam», diz-nos um agente ligado ao sector, que também preferiu não ser identificado.

Segundo o Ministério da Agricultura, o fim deste mecanismo de compensação de sinistralidade «poderá eventualmente conduzir a um ajustamento nas tarifas cobradas, mas está em curso um processo de revisão dos apoios concedidos à celebração de seguro de colheitas que aumentará o nível de apoio para 70%».

**O que o Governo anunciou fazer**

Isso mesmo deu conta há dias Rui Martinho, secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, numa intervenção na Assembleia da República, fazendo o ponto de situação à referida portaria dos seguros agrícolas. «Durante o mês

de Fevereiro teremos a portaria divulgada e em condições de ser implementada. Vamos tentar melhorá-la, ir ao encontro de algumas críticas que têm sido feitas ao sistema, nomeadamente reduzindo o chamado Prejuízo Mínimo Indemnizável de 30% para 20%; fazendo o alargamento a algumas culturas que actualmente não estão cobertas; e incrementando a taxa de ajuda para o máximo que o regulamento comunitário permite, nomeadamente para a agricultura familiar, fixado em 70%». Contactada pela nossa revista, a tutela diz que para já não tem informações a dar.

**CA Seguros propõe solução menos pesada para o Estado**

Em relação ao sistema de compensação de sinistralidade, a CA Seguros entende que este era um excelente mecanismo, porque permitia às seguradoras terem alguma protecção para fazerem seguros em zonas que tradicionalmente são de grande risco. «Sem este mecanismo de protecção do Estado, as seguradoras terão alguma tendência a retrair-se mais em relação a zonas de mais elevado risco. Nesse sentido, a CA fez uma proposta ao Governo, através do IFAP, para a substituição por um modelo menos pesado para o Orçamento de Estado – porque também entendemos que o sistema implementado estava a ser muito gravoso nas contas públicas – no sentido de se conseguir um equilíbrio que nos permita continuar a trabalhar com garantias de resseguro e que nos manterá no mercado de uma forma mais tranquila. Vamos aguardar a decisão».

**«Pensamos que o stop loss não é necessário»**

Já a Atlas, que recentemente anunciou uma parceria com a terceira maior empresa de seguros japonesa, a Sompo, defende que há outras formas de contornar o fim do mecanismo de compensação, também chamado de *stop loss*.



**Seguro vitícola de colheitas**

Campanha	Capital seguro (€)	Montante de prémio bonificado (€)	Beneficiários (n.º)	Apólices (nº)
2019	182.640.355	4.620.232	17.765	779
2020	191.533.498	4.637.813	17.715	764

Fonte: IFAP

## O tomate para indústria foi a cultura com maior capital seguro em 2020: 55.741.051 €

«Pensamos que não é necessário e já o ano passado o defendemos junto do IFAP. Há actualmente formas de ressegurar no mercado internacional, em que o Estado português não é necessário e poderíamos utilizar essa verba, ou parte dessa verba, para alargar seguros a áreas que precisam de co-financiamento, ou para co-financiar mais aqueles que já existem. Havendo um sistema de resseguro internacional na agricultura que é bastante vasto e onde há bastante escolha, estivemos de acordo com o fim do *stop loss*», explica João Machado, CMO da Atlas Mediação de Seguros.

«O que foi proposto, e que julgo, eventualmente, o Ministério da Agricultura se prepara para fazer, é que o mecanismo de compensação não termine abruptamente como a portaria anterior determinava, mas que haja um período de ajuste de três anos, com um *fading out* deste sistema, permitindo às companhias de seguros posicionarem-se no mercado internacional para fazerem o resseguro». Que é o que a Atlas já faz. «Não utilizamos o *stop loss* em Portugal que, aliás, é custoso para as finanças públicas. Recorremos a um sistema de resseguro internacional e pensamos que os outros também podem fazê-lo». Sobre as outras questões que estão a ser revistas pelo Governo, nomeadamente quanto à correcção de alguns números que estão desactualizados e à inclusão de culturas que não estão contempladas no sistema de seguros nacional, a Atlas aguarda a decisão final com muita expectativa.

### «O sistema devia permitir a entrada a novos players»

Filipe Charters de Azevedo, CEO e fundador da Safe Crop, é assertivo ao considerar que «a saída do Estado do apoio aos custos sem uma revisão do modelo de negócio segurador agrícola é um problema para todo o sector».

Como explica, o Estado subsidia preços e subsidia custos. «O

Top cinco seguros de colheitas campanha 2020

Cultura	Beneficiários (nº)	Capital seguro (€)	Bonificação (€)
 Banana	2.928	12.720.788	219.111
 Maçã	959	47.505.930	5.975.672
 Pêra	595	24.307.421	906.059
 Palhas	522	2.936.048	7162
 Milho	496	29.928.448	79.371

Fonte: IFAP // O número de beneficiários não é adicionável, uma vez que um beneficiário pode ter mais do que uma cultura segurada na apólice

problema é que o Estado gasta demasiado nos custos, ou seja, na compensação às seguradoras, e nesse sentido quer sair e ficar apenas a subsidiar o preço. E faz algum sentido. Mas como o Estado subsidia os preços, na prática, acaba por fixar o prémio dos seguros. A partir desse momento o seguro deixou de ser rentável. Porque o Estado fez mal as contas e continua a fazer mal as contas. Os seguros não são rentáveis. Ninguém quer entrar. Neste momento só temos a CA Seguros, a Fidelidade e a Tranquilidade que dizem que se o Estado não apoiar a parte dos custos, a parte dos preços não é suficiente. O sistema ficou destruído. Não há solução enquanto o modelo não for corrigido. Ou fazem bons cálculos para o subsídio do preço funcionar, ou têm de se mudar as regras», defende o mesmo responsável.

Também já se tem defendido, inclusive a Comissão Europeia, a criação de fundos mutualistas. Uma solução que para Filipe Charters de Azevedo não faz sentido, tendo em conta «o mercado pequeno e fragmentado» em Portugal. «Seria preferível apostar nos mesmos instrumentos que os fundos mutualista têm, mas concedidos às seguradoras e a outros *players*, que passam por uma maior autonomia para definir preços, para reorganizar os subsídios e não ficarem presos a uma fórmula que na prática está trancada e que não deixa percorrer a inovação. A ferramenta de fundos e de seguros permitia que o Estado não tivesse de gastar tanto dinheiro e passássemos a funcionar como mercado de resseguro, com os fundos internacionais de poupança. É isso que precisamos. De uma maior autonomia... e não ficarmos presos a um dirigismo que nos espartilha, que nos prende, que é desajustado».

É tendo em conta este contexto que o CEO da Safe Crop diz qual o grande desafio deste ano para o sector dos seguros agrícolas em Portugal: «O Estado disse que queria sair da compensação de custos. A forma como vai conseguir manter a parte dos preços é neste momento o grande desafio para o sector. Vai continuar a subsidiar da mesma forma ou vai permitir aligeirar e abrir o mercado como um todo para a entrada de novos *players*? Que é o que defendo, por convicção e obviamente por negócio. Mas se ficar como está, nada é rentável. É olhar para os 75% de agricultores que ainda não têm seguro e perceber que alguma coisa está mal», conclui. ●



**WWI: PAGAMENTOS RÁPIDOS SEM PERITAGEM PARA DEFINIÇÃO DE PREJUÍZOS**



David Sousa (CEO da WWI)

Actualmente, a Worldwide Insurance (WWI) do Grupo REGO fornece duas soluções no mercado segurador, especificamente direccionadas para o sector agrícola que, na visão de David Sousa, director da empresa, são diferenciadoras em relação ao que existe em Portugal: «seguros de índices climáticos (mais conhecidos como “paramétricos”) e seguros de danos patrimoniais para

estufas (incluindo perdas de exploração). No caso do seguro de “paramétricos”, estamos perante uma solução verdadeiramente inovadora, que permite uma grande flexibilidade de subscrição, com aplicabilidade em vários sectores de actividade económica, mas com particular foco no sector agrícola. Este é um produto altamente personalizado, visando oferecer uma alternativa, assim como colmatar algumas lacunas dos seguros tradicionais habitualmente disponíveis no mercado, procurando oferecer uma opção mais ágil, simples e transparente».

O mesmo responsável explica, de forma sucinta, que o seguro de paramétricos assenta na utilização de índices (precipitação, temperatura, produção agrícola por hectare, entre outros) para calcular o valor da indemnização, que visa reflectir a perda real ou financeira relacionada com o índice escolhido, «sendo uma das grandes vantagens deste modelo que todos os parâmetros e condições de cobertura e indemnização são definidos no início do contrato, o que permite o seu pagamento de forma mais rápida, não requerendo peritagem para definição dos prejuízos».

David Sousa explica que a activação da cobertura é realizada assim que os índices previamente definidos sejam atingidos e que verificados através da fonte de informação/mediação escolhida consensualmente (pela seguradora e seu segurado) para o efeito.

**Parceria com seguradora holandesa oferece solução «abrangente» para estufas**

«Em relação ao seguro de danos patrimoniais para estufas, estamos perante uma solução fornecida por nós desde 2012, em parceria com uma seguradora de referência no mercado holandês, que já por diversas vezes mostrou ser uma solução eficaz para os produtores. Para além de garantir os danos materiais à estrutura da estufa e equipamentos de produção, contra riscos como tempestade, granizo, incêndio, entre outras, fornece, como grande mais-valia, a garantia de perdas da colheita numa óptica de perdas de exploração, o que se traduz numa solução mais robusta e abrangente das reais perdas dos produtores, que através desta solução têm a possibilidade

de garantir a sua facturação».

Contrariar a baixa contratualização de seguros agrícolas em Portugal é um dos focos da empresa, que procura ser pioneira e responder às necessidades do sector. «Entendo que o custo é um factor com grande peso na decisão de muitos agricultores não terem seguro, mas também o facto de muitos considerarem que os produtos existentes não dão a cobertura adequada. Não obstante no passado ter existido uma grande falta de soluções, que essencialmente se resumiam ao tradicional seguro de colheitas, este paradigma está a ser alterado, sendo exemplo disso a aposta que a WWI tem feito na promoção de soluções alternativas, como aquelas que descrevi», frisa o mesmo responsável.

**Modelo actual cria barreiras a soluções alternativas**

Para David Sousa, a revisão que está neste momento a ser feita pelo Governo «é um indício de que o actual modelo de seguro de colheitas poderá, em breve, sofrer alterações significativas, aproximando-se mais das necessidades do produtor ou empresário agrícola». Por outro lado, defende, «o modelo de financiamento do seguro de colheitas continua a ser uma grande barreira à implementação e disseminação de alternativas a este seguro, especialmente fora das grandes explorações agrícolas, porque muitas vezes estas soluções alternativas (quando disponíveis) não conseguem concorrer com os prémios bonificados que são praticados. É neste aspecto que reside o grande entrave à existência de outras opções no mercado, algo que apenas será possível mudar mediante alterações no modelo de subsidiação dos seguros agrícolas, que deverá ser mais abrangente, permitindo que os agricultores possam alargar o seu leque de escolha, e fundamentalmente alterarem o paradigma de subsidiação da venda para subsidiação à compra de seguros, permitindo total liberdade de escolha da melhor solução para cada caso».

Face a isto, o director da WWI alerta para a urgência da criação de condições que possibilitem que «novas soluções, quer fornecidas pelo mercado segurador português, como pelo mercado estrangeiro, possam ser lançadas com sucesso em Portugal e tornar o seguro agrícola mais ajustado na sua oferta ao produtor ou empresário», remata. ●

